Mercados, agentes económicos e iranianos respiram de alívio

Estados Unidos ■ A derrota de Donald Trump (mais que dos republicanos) nas intercalares inaugura dois anos atípicos: ambos os lados, agora mais equidistantes, vão fazer tudo para atrapalhar o adversário, com vista às presidenciais de 2028. A pressão sobre o orçamento vai diminuir e até talvez o Irão saia beneficiado. Os empresários portugueses aplaudem a mudança.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

A dupla maioria democrata que saiu das eleições intercalares norte-americanas desta terça-feira impõe um forte contrapeso à administração Trump, mas não permite o desenvolvimento de uma agenda alternativa do lado vencedor. Os analistas convergem neste ponto para, entre outras, chegarem a uma conclusão importante: os '*checks and balances*' que regressaram à realidade política norte-americana são uma excelente novidade para as contas públicas da federação.

Num quadro em que nenhuma das partes está interessada em permitir que a contraparte brilhe na cena política interna – e daí retire dividendos para as presidenciais de 2028 (de que as intercalares foram de algum modo o *warm up*) –, republicanos e democratas passarão os próximos dois anos a atrapalhar-se mutuamente. Ora, isso retirará pressão sobre as finanças da federação – onde pontifica uma dívida pública estratosférica: mais de 40 biliões de dólares, 124% do PIB, com juros anuais de 1,36 biliões, 18% do orçamento. Este bloqueio vai impor, mesmo que por razões estranhas, uma poupança de recursos financeiros que não estava, antes pelo contrário, na agenda de Trump.

Os mercados reagiram de imediato, e positivamente, ao regresso destes '*checks and balances*': poucas horas depois do fecho das urnas, os rendimentos dos títulos do Tesouro norte-americanos caíram. A razão era clara: "esperava-se que o Congresso limite as tentativas da administração de aumentar os gastos", referia um 'research' da consultora XTB. O rendimento dos títulos a 10 anos baixou para 4,925%, abaixo do fecho do dia anterior às eleições, que era de 4,951%. O rendimento dos títulos a dois anos cai para 4,602%, face aos 4,612%. "Os rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA estão em queda, com os investidores a comprarem mais títulos. Analistas afirmam que a queda nos rendimentos decorre da expectativa de que um Congresso democrata irá restringir a despesa da agenda do presidente Trump durante o segundo semestre do seu mandato", refere uma análise do "The Wall Street Journal".

"Sentimos que existe um claro desejo de um enquadramento de maior estabilidade e previsibilidade nas relações económicas com os EUA", referiu Luís Miguel Ribeiro ao Jornal Económico



"Donald Trump estava em todos os boletins de voto". Por isso, "é uma derrota pess

Bloqueio cego

Mas nem tudo será positivo no quadro deste duplo bloqueio. A nova maioria dificultará a aprovação e financiamento de medidas económicas e poderá tentar rever alguns cortes nos gastos do One Big Beautiful Budget Act (OBBBA) ou impedir a extensão das suas disposições temporárias, que juntas equivalem a 0,5-0,7% do PIB, recorda um 'research' da autoria do banco BPI. Ou seja, a política de bloqueio mútuo vai impedir má despesa, mas também boa despesa: o financiamento reprodutivo junto da economia real.

Nesse contexto, o mesmo estudo identifica que, na generalidade, os grandes problemas estruturais da economia norte-americana – que induziram as recentes quedas da qualidade dívida dos EUA em algumas agência de rating – não vão desaparecer. O FMI estima que o défice do total das administrações públicas atingirá 8,5% do PIB em 2026 e a dívida pública bruta consolidada 126,8%. "A proximidade do teto da dívida, que poderá ser atingida na primavera de 2027, também abre outra frente para negociação, pois a sua extensão exigirá um acordo entre o Congresso democrata e a administração republicana. A aplicação estrita do limite impediria o Tesouro de emitir nova dívida para cumprir as obrigações já aprovadas, embora pudesse recorrer a medidas extraordinárias e à sua liquidez disponível durante alguns meses para evitar atrasos nos pagamentos", refere o mesmo 'research'.

Além disso, a nova distribuição do poder reduz a margem para corrigir desequilíbrios fiscais e aumenta o risco de *shutdowns* parciais do governo – que acontecem com alguma frequência, como o caso mais recente de novembro de 2025.

E as guerras?

Sucede que, na frente externa – ou seja, na frente da guerra –, Donald Trump continua a ter 'mão livre', o que pode levar o presidente a 'vingar-se' dos novos espartilhos que os democratas vão inevitavelmente impor-lhe. Mas, para compensar, Trump percebeu – disse-o na primeira reação à derrota – que a guerra com o Irão e a crise energética global que daí resultou foi a causa imediata da sua derrocada eleitoral, como salientou Francisco Seixas da Costa, analista de assuntos internacionais, em declarações ao JE. Espera-se, por isso, que Trump trate finalmente de colocar um termo a uma aventura no Médio Oriente, para a qual foi arrastado pelas iniciativas unilaterais do seu amigo israelita Benjamin Netanyahu.

Quanto à questão da Ucrânia, ela está, do ponto de vista financeiro, resolvida: Trump cortou até ao limite o auxílio financeiro direto ao país invadido pela Rússia e tratou de colocar os parceiros europeus de Volodymyr Zelensky a pagarem à cabeça o material militar norte-americano que segue para o leste europeu, para desgraça do orçamento comum da União



REUTERS

oal, mais do que dos republicanos", segundo Francisco Seixas da Costa.

Israel mais sozinho depois de ter arrastado os EUA para a 'aventura' no Irão

Médio Oriente ■ A culpa da derrota de Trump é da crise energética. A culpa da crise energética é da guerra no Irão. E a culpa da guerra no Irão é de Israel. Entretanto, por lá, os árabes aproximam-se da oposição a Netanyahu.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

A vitória dos democratas e a pesada derrota de Donald Trump nas eleições intercalares fez com que vários analistas antecipassem um esfriamento das relações entre Washington e Telavive. Trump já disse que não deixará cair o velho amigo e que o apoio militar vai continuar como até aqui. Mas não será a mesma coisa: é que o presidente dos Estados Unidos compreendeu que a aventura no Médio Oriente é a principal causa da sua derrota.

A Lista Conjunta – um dos dois partidos árabes com lugar no parlamento (o Knesset) no quadro das eleições de 27 de outubro – assumiu apoiar Gadi Eisenkot, presidente do partido Yashar e líder da oposição ao primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, como o mais capaz de formar um governo em Israel. A recomendação foi dirigida ao presidente Isaac Herzog – que terá de convidar um dos líderes (Netanyahu ou Eisenkot) para o cargo de próximo primeiro-ministro. E revela que, na pior das hipóteses, o partido árabe assumirá apoio parlamentar a um executivo liderado por Eisenkot, estando com certeza em aberto a possibilidade de fazer parte do executivo – coisa que não é do agrado do líder do Yashar.

Atrás do apoio da Lista Conjunta virá, mais tarde ou mais cedo, dizem os analistas israelitas, um apoio semelhante do Ra'am, o segundo partido árabe. É, pelo menos em termos aritméticos, um apoio fundamental: o bloco de Netanyahu conseguiu 53 lugares (com o Likud a conseguir 27 deles), enquanto o bloco de oposição de Eisenkot não foi além dos 48, muito aquém do esperado e do que diziam as sondagens. O bloco de Netanyahu não tem por onde crescer até aos 61 lugares (a maioria absoluta), estando até próximo de perder o apoio de alguns partidos ultraortodoxos; já o bloco de Eisenkot pode, se conseguir juntar os 19 deputados árabes, chegar à maioria necessária para governar.

Um acordo instável

A acontecer, será, de qualquer modo, uma aliança instável. Desde logo porque Gadi Eisenkot disse durante a campanha eleitoral que não faria qualquer coligação com os árabes. Pode não ter de fazer uma coligação e aceitar apenas um apoio parlamentar, mas não deixará de soar a uma solução 'manca', dado que não foi explicitada aos israelitas. Essa é, aliás, a linha de ataque de Netanyahu, não só para combater essa possibilidade política, mas também para reclamar a sua autoridade para formar governo.

A Lista Conjunta acusa Eisenkot de não ter demonstrado até agora a disposição necessária para "confrontar o caminho de Netanyahu, bem como para combater a incitação contra cidadãos árabes e as tentativas de minar a legitimidade das suas decisões políticas", lê-se num comunicado do partido. "Embora Eisenkot tenha recebido mais recomendações do que Netanyahu, acreditamos que é importante ampliar a diferença entre eles", observa a Lista Conjunta, argumentando que a medida poderia fortalecer as possibilidades de substituir o governo e reduzir a perspetiva de um governo de unidade nacional que manteria Netanyahu no poder.

O presidente está a ouvir todos os partidos que entraram no Knesset sobre quem designar para formar governo, com os dois maiores, o Likud e o Yashar, a ficarem para o fim

A alternativa do centrão

Porque a alternativa é precisamente essa: uma coligação ao centro – que juntaria os 48 lugares do bloco de Eisenkot com os 27 do Likud, ou mesmo com os 53 do bloco de Netanyahu. Seriam 75 lugares, ou mesmo 101 – que comparam com os 67 do conjunto Eisenkot mais os dois partidos árabes.

A grande coligação ao centro é a decisão que mais agrada a Herzog. Mas o presidente sabe que é também uma coligação instável, mesmo que passe pela bizarra forma (já testada, com maus resultados) da rotatividade da função de primeiro-ministro entre Netanyahu e Eisenkot.

Tempos difíceis para o primeiro-ministro cessante , que sofreu esta semana uma derrota pesada: a Comissão Eleitoral israelita anunciou não ter encontrado provas de fraudes que comprometam a integridade das últimas eleições legislativas, cujo resultado foi contestado pelo bloco de Netanyahu, que acusava diretamente os dois partidos árabes.

Europeia. Mas vale a pena recordar que o auxílio à Ucrânia tem adeptos entre os democratas – o que quer dizer que o Congresso irá por certo fazer renascer, ou pelo menos tentar, as linhas diretas de financiamento. Trump lá está para acabar com essas veleidades.

Ou dito de outra forma: o dinheiro fácil para alimentar as guerras acabou. Até porque, como chama a atenção a XTB, tanto o petróleo Brent como o WTI registaram as eleições com uma descida, mesmo que limitada, dos preços, "devido à redução do prémio geopolítico após as eleições e aos relatos de negociações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Irão".

A esperança dos empresários

Os jornais europeus estão cheios de manifestações de uma renovada esperança da parte dos empresários. Em Portugal também. "O impacto dos resultados nas empresas portuguesas deverá ser analisado com prudência. Para a AEP, o mais importante é acompanhar os potenciais impactos no enquadramento das relações comerciais entre EUA e Europa, tendo presente que são um mercado relevante para muitas empresas portuguesas. Sentimos que existe um desejo de maior estabilidade e previsibilidade, que permita reduzir a incerteza e criar condições mais favoráveis à atividade empresarial", referiu ao JE o presidente do Conselho de Administração da AEP, Luís Miguel Ribeiro.

"Mais do que antecipar alterações na política tarifária, importa reconhecer que a previsibilidade das regras de comércio é fundamental para as decisões de investimento, para a atividade exportadora e para a competitividade das empresas. Uma redução das tensões comerciais seria, naturalmente, positiva, mas as empresas devem estar preparadas para diferentes cenários", concluiu.